

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANTROPOLOGIA PRAGMÁTICA E SUA PERTINÊNCIA PARA A FILOSOFIA DE IMMANUEL KANT

## Considerations on pragmatic anthropology and its relevance to the philosophy of Immanuel Kant

Mauro Pellissari

Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
mauro.pellissari@pucpr.br

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar uma análise sobre a antropologia pragmática kantiana como parte de seu corpo filosófico principal, não somente como um material secundário, utilizado em aulas, mas sim como composto de análises conceituais que complementam as principais questões kantianas com relação ao sujeito e suas ações.

**Palavras-chave:** antropologia pragmática; sujeito; filosofia crítica.

**Abstract:** This paper presents an analysis on Kantian pragmatic anthropology as part of its main philosophical body, not only as a secondary material which was used in class but as a composite of conceptual analyzes that complement the main Kantian questions with respect to the subject and their actions.

**Keywords:** pragmatic anthropology; subject; critical philosophy.

### 1. Introdução<sup>1</sup>

Na Fundamentação da metafísica dos costumes *GMS* (4: 400n), Kant define máxima como sendo “... o princípio subjetivo do querer...”. Esse princípio subjetivo está relacionado ao querer, ou à volição do indivíduo. Em outro trecho da *GMS* (4: 420n,

---

<sup>1</sup> Todas as referências às obras de Kant seguem a notação da *Kants gesammelte Schriften (KGS)*, *Akademie der Wissenschaften*, sendo que as abreviaturas das obras estão conforme a lista abaixo. Todas as traduções do alemão (em *Das diferentes raças humanas* e em *Reflexões de antropologia*) e do inglês (as referências restantes) para o português foram realizadas pelo autor.

VvRM - Das diferentes raças humanas  
NEV - Programa dos cursos do semestre de inverno de 1765-1766  
V-Mo/Mron II - Lições de ética (Mongrovius II)  
V-Anth/Dohna - Lições de antropologia (Dohna)  
V-Anth/Mensch - Lições de antropologia (Menschenkunde)  
V-Mo/Collins - Lições de ética (Collins)  
V-Anth/Fried - Lições de antropologia (Friedländer)  
V-Anth/Pillau - Lições de antropologia (Pillau)  
V-Anth/Busolt - Lições de antropologia (Busolt)  
Log - Lógica  
GMS - Fundamentação da metafísica dos costumes  
KpV - Crítica da razão prática  
KrV - Crítica da razão pura  
Anth - Antropologia de um ponto de vista pragmático  
Refl - Reflexões sobre antropologia  
Br - Cartas

421n) lê-se: “Máxima é o princípio subjetivo para agir... [e] contém regra prática que a razão determina em conformidade com as condições do sujeito (muitas vezes em conformidade com a ignorância ou também com as inclinações do mesmo)”. Este trecho é mais revelador: uma máxima é um princípio para a ação, válido inicialmente para o sujeito envolvido (agente), ou seja, subjetivamente relacionado às questões pertinentes ao último. É possível dividir essas questões em duas categorias: (i) as condições externas ao agente (por definição são aquelas condições em que o agente participa, mas que não controla necessariamente – as condições contingentes à ação), que definem a condição a qual está sendo avaliada a maneira de se agir; e (ii) a própria condição interna do agente, ou seja, suas condições formadoras (tais como educação, cultura, e seus gostos e desejos). Dessas duas, são as ditas “condições internas do agente” que Kant coloca na segunda parte do segundo trecho referido como sendo “as condições do sujeito (muitas vezes em conformidade com a ignorância ou também com as inclinações do mesmo)”. Essas “condições do sujeito” ou “do agente” têm, portanto, papel de destaque na construção, concepção, escolha e aplicação das máximas das ações.

Contudo, se diante dessas colocações está claro que é necessário investigar essas condições do sujeito da ação, o que é digno de atenção é que essas “condições do sujeito” podem ser entendidas como as condições antropológicas do sujeito da ação: sua natureza como agente humano, suas inclinações, suas afecções, suas paixões, etc. Um correto entendimento do problema da ação em Kant pressupõe uma análise das implicações que a antropologia kantiana tem para a ação; ou seja, o sujeito da ação com referência à sua natureza antropológica.

Como aponta Holly Wilson (2006, p.1), Kant “acreditava que tinha algo a oferecer aos seus estudantes ao ensinar antropologia e geografia física todo ano. Isso é intrigante: se Kant pensava que essas lições [de antropologia e geografia física] eram importantes, por que nós não consideramos?”. A Antropologia já é adotada por muitos comentadores como parte do sistema filosófico de Kant. Dentre estes comentadores, destacam-se Allen Wood, Holly L. Wilson, Alix Cohen, Brain Jacobs, G. Felicitas Munzel, Daniel O. Perez, Robert Loudon, Werner Stark, Reinhard Brandt, Paul Guyer e Patrick Frierson<sup>2</sup>. A importância da Antropologia Pragmática para Kant pode ser talvez

---

<sup>2</sup> Destes comentadores, o único que tem uma posição contrária à aceitação da antropologia kantiana como parte de sua filosofia crítica é justamente um dos editores do Volume 25 da Academia, Reinhardt Brandt. Ver por exemplo (BRANDT, 2003, p. 85).

entendida ao se perceber que Kant ensinou a antropologia por 23 anos aos seus estudantes, mas nunca lhes ensinou nenhuma vez sobre a Crítica da razão pura.

Contudo, como aponta Brian Jacobs e Patrick Kain (2003, p. 4), “desde que Benno Erdmann introduziu a questão da antropologia, mais de um século atrás, a antropologia kantiana tem sido notavelmente negligenciada”. O fato de ser negligenciada é apontado pelos dois autores como sendo devido ao fato da publicação tardia (1798) do texto da *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, o que pode justificar “a falta de refinamento dos trabalhos publicados anteriormente [por Kant], levando a alguns comentadores a sugerir que o texto [da Antropologia] trai idade do autor”.

Seguindo uma linha de leitura que se acentuou nos últimos anos, esta discussão visa mostrar que a utilização do texto da Antropologia de um ponto de vista pragmático enriquece e complementa as considerações realizadas por Kant em suas principais obras clássicas, principalmente no que concerne ao agente da ação (especialmente com relação à sua formação e à formação de seu caráter). A ideia é mostrar que a Antropologia kantiana e as Lições de antropologia (publicadas no volume 25 das obras completas de Kant pela *Akademieausgabe von Immanuel Kants Gesammelten Werken*) são um complemento essencial à análise da questão da ação, por trazerem informações necessárias sobre o agente da ação: sua constituição, sua natureza, suas disposições e propensões. A intenção é mostrar argumentos que apontam a relação entre a Antropologia Pragmática e a Filosofia crítica e defender a sua utilização com relação à questão da ação, sem, contudo, buscar apresentar uma solução definitiva da questão. As informações antropológicas permitem dar um tratamento novo à questão da ação em Kant, mostrando o outro âmbito, o âmbito antropológico e sua influência sobre a problematização da ação.

Inicialmente se busca estabelecer um vínculo entre a filosofia crítica e a antropologia pragmática kantiana. Desta forma, a análise partirá de considerações sobre o surgimento da antropologia kantiana, seus objetivos e conceitos, buscando mostrar que a antropologia é complementar às ideias da Filosofia crítica no tocante à problemática da ação. Será realizada uma discussão sobre o surgimento da ideia de antropologia pragmática dentro do pensamento kantiano. Também se buscará entender se a origem das lições sobre antropologia vem das lições de metafísica kantianas

(psicologia empírica) ou das lições de geografia física. Como será mostrado, a antropologia pragmática, embora tenha origens traçáveis até essas duas disciplinas, propõe algo inteiramente novo, mesmo no tocante ao próprio conceito de “antropologia”. Após essas considerações, será discutida uma possível relação entre a antropologia e a Filosofia crítica, e a proposta é que há vários elos entre as duas (notadamente, a questão das máximas de ação e o próprio sujeito da ação). Estabelecida a relação entre antropologia e Filosofia crítica (ao menos de forma estrita), será realizada a abordagem das concepções e objetivos da antropologia pragmática, dentro de seus três tipos de relações (com a fisiologia, com a escolástica e com a prudência).

## 2. A questão da antropologia na filosofia kantiana

Quando Kant buscou construir sua filosofia prática (ou moral) pura, ele procurou fundamentá-la em princípios *a priori* e desenvolvê-la livre de “contaminantes empíricos”. A busca de Kant consistia na resposta à pergunta: “existem princípios práticos *a priori*?” e é possível acompanhá-la ao longo de suas obras *GMS* e *KpV*. A questão é que essa separação entre puro e empírico que Kant procurou definir, trouxe uma interpretação de que a moral kantiana é rigorista (o famoso “rigorismo kantiano”), a qual teria dificuldades em ser aplicada no dia a dia do ser humano. Allen Wood (2008, p. 3), por exemplo, explicita essa questão citando Richard Taylor (filósofo americano) e sua visão sobre a aplicabilidade da moral kantiana:

Eu conheço muitos admiradores de Kant e me incluo entre eles; mas se alguma vez eu encontrasse, como por sorte nunca encontrei, um homem que me assegurasse realmente acreditar na metafísica da moral de Kant e que esse homem modelou sua própria conduta e suas relações com os outros conforme aqueles princípios, então a minha incredulidade e desconfiança nele como ser humano não poderia ser maior do que no caso de ele me contar que regularmente afoga crianças apenas para vê-las se contorcerem.

Em que pese a afirmação de Taylor em seu extremismo, opiniões sobre uma suposta impraticabilidade da moral kantiana não são incomuns entre aqueles que têm contato com ela. Por ser uma proposta de filosofia moral que deve ser independente de todo impulso sensível, a moral kantiana tem sido acusada de excesso de formalismo, de impossibilidade real de efetivação e, em uma situação específica, foi mesmo

“corresponsabilizada pela obediência prussiana” (HÖFFE, 2005, p. 186). Wood (2008, p. 2), reafirma que existe um entendimento geral de que Kant é visto como representante do rigorismo e da austeridade morais, características que acabam por serem hostis à felicidade humana, além de serem impiedosamente antipáticas às fraquezas do ser humano, não permitindo nenhum espaço na vida moral para sentimentos e desejos.

No entanto, essa problemática pode ser melhor compreendida ao se levar em consideração a intenção de Kant em sua busca de uma filosofia moral, conforme exposto em sua *GMS*. Em 4: 392, Kant mostra que: “A presente fundamentação, porém, nada mais é do que a busca e estabelecimento do princípio supremo da moralidade”, sendo este princípio supremo um princípio *a priori*, livre de “contaminantes” empíricos. O que Kant busca é uma fundamentação à sua moral que seja objetiva, válida para todos os seres racionais: uma metafísica dos costumes. Como mostra Guido de Almeida (p. 13), na introdução da sua tradução da *GMS*:

... os juízos morais têm de se basear em princípios *a priori* (por que dizem o que se deve fazer independentemente de qualquer condição subjetiva particular da natureza humana e, por isso, necessariamente válidos para todo ser racional, ou seja, para [o] sujeito capaz de julgar).

Kant elimina as condições empíricas e subjetivas de suas análises por motivo de procedimento sistemático, não por serem desprezíveis e inválidas à avaliação das ações dos seres racionais. A sua busca metodológica é metafísica, não empírica. Essa pode ser uma explicação plausível ao entendimento da filosofia moral kantiana quanto a ela ser rigorosa e impraticável. Ao mesmo tempo, pode ser também o motivo da exclusão das questões antropológicas das análises das ações dos agentes por parte dos comentadores kantianos.

A questão é que Kant, em vários momentos de seus textos críticos, coloca a necessidade de uma antropologia para aplicação da ética ou moral aos seres humanos. Esta questão pode ser melhor investigada considerando-se algumas passagens escritas por Kant. Por exemplo, a questão da antropologia e do agir racional (moral) aparece com certo destaque no prefácio da *Fundamentação da metafísica dos costumes*. No trecho em questão, Kant *GMS* (4: 388), ao tratar da divisão da filosofia grega em Física,

Ética e Lógica, escreve que a Física (filosofia natural) e a Ética (filosofia moral) “podem cada uma ter a sua parte empírica”. O sentido de “empírico” é tomado como uma filosofia que se baseia em princípios dados pela experiência, em oposição à filosofia pura, a qual se fundamenta em princípios *a priori*. Seguindo o raciocínio de Kant, Metafísica é o ramo da filosofia que se fundamenta em princípios *a priori* e envolve objetos da razão. Mais adiante no texto em questão, Kant (*idem*) explicita que:

Desta maneira surge a idéia [*sic*] duma dupla metafísica, uma Metafísica da Natureza e uma Metafísica dos Costumes. A Física terá portanto a sua parte empírica, mas também uma parte racional; igualmente a Ética, se bem que nesta a parte empírica se poderia chamar especialmente Antropologia prática, enquanto a racional seria a Moral [teórica, objetiva] propriamente dita.

Diante destas definições, é possível entender que a construção do sistema moral (como agir racional) kantiano seguirá este esquema de duas partes, uma empírica e outra teórica.

Porém, como se sabe, não foi o que ocorreu. Os escritos morais de Kant, conforme expostos na *Fundamentação da metafísica dos costumes* e na *Crítica da razão prática*, seguem somente a parte teórica, objetiva. A justificativa para essa questão pode ser antevista logo na sequência do texto da *Fundamentação da metafísica dos costumes* que está sendo analisado. Para Kant (*GMS* 4: 388), a fim de preservar a estrutura e viabilidade de uma ciência que envolva questões práticas e questões teóricas, estas devem ter suas fronteiras bem definidas. Desta forma, é preciso antepor à Antropologia prática, uma Metafísica dos Costumes “que deveria ser cuidadosamente depurada de todos os elementos empíricos, para se chegar a saber de quanto é capaz em ambos os casos a razão pura”. Essa passagem ainda parece sustentar que há um ramo empírico na moral, mas o trecho seguinte parece mais esclarecedor:

Não é verdade que é da mais extrema necessidade elaborar um dia uma pura Filosofia Moral que seja completamente depurada de tudo o que possa ser somente empírico e pertença à Antropologia? Que tenha de haver uma tal filosofia, ressalta com evidência da idéia [*sic*] comum do dever e das leis morais. Toda a gente tem de confessar que uma lei que tenha valor moralmente, isto é como fundamento duma obrigação, tem de ter em si uma necessidade absoluta (*GMS* 4: 389).

A partir dessa declaração, a antropologia parece excluída da moral kantiana. Kant fundamenta a sua teoria moral em princípios puros, *a priori*, exclusivamente em conceitos da razão pura, e sua teoria moral “não recebe um mínimo que seja do conhecimento do homem (Antropologia)” *GMS* (4: 389).

Mas a porta não se fecha completamente para a antropologia. Em outros trechos da *Fundamentação da metafísica dos costumes* é possível notar referências, implícitas ou mesmo explícitas, à antropologia como parte constituinte da moral. Kant em *GMS* (4: 407), por exemplo, percebe a dificuldade em se reconhecer os princípios morais puros em uma ação, pois o valor moral está nos princípios íntimos que não são vistos. Explicitamente Kant faz referência à antropologia em outro trecho da *Fundamentação da metafísica dos costumes* (*GMS* 4: 412): Kant está preocupado em mostrar que sua teoria moral deve valer para todos os seres racionais, não somente ao ser humano. Assim sendo, “a moral, que para a sua aplicação aos homens precisa da antropologia, será primeiro exposta independentemente desta ciência como pura filosofia, quer dizer, como metafísica”.

Esse último trecho parece revelador. Diante disso, é possível confirmar que o objetivo de Kant na *Fundamentação da metafísica dos costumes* é construir o que se pode chamar de moral objetiva, baseada em princípios puros da razão e livres de contaminação empírica justamente porque ele busca uma teoria que possa fundamentar universalmente o agir moral (racional).

A antropologia pragmática, tendo por fim transformar o homem em cidadão do mundo, pode ser entendida como a ferramenta que visa fundamentar a moral objetiva (o agir racional) ao indivíduo limitado e sujeito a tantas influências empíricas, tais como de fato o ser humano se apresenta em sua vida em sociedade.

### 3. O surgimento da Antropologia Pragmática

Kant publicou seu texto *Antropologia de um ponto de vista pragmático* somente em 1798, no final de sua carreira de professor e após ter dado aulas de antropologia por vinte três anos e meio (de 1772-73 até 1796)<sup>3</sup>. Esse questionamento visa dar fundamento a outro, ainda mais contundente, de que a antropologia pragmática não teria nenhuma ligação com a filosofia crítica, carecendo inclusive de sentido filosófico. Qual

<sup>3</sup> A data de publicação do texto da *Antropologia de um ponto de vista pragmático* é um argumento utilizado por alguns comentadores para questionar mesmo a autoria de Kant do texto em questão.

seria então a intenção de Kant com as suas aulas e seu texto sobre a antropologia pragmática?

Para procurar dar uma resposta a essa questão, é interessante iniciar a discussão levando em conta o texto de 1775, *Das diferentes raças humanas* (VvRM 2: 443):

A geografia física a qual eu estou anunciando neste texto pertence a uma ideia que eu fiz para mim de uma instrução acadêmica útil e que eu posso chamar de exercício preliminar de conhecimento do mundo. Este conhecimento do mundo serve para obter os elementos pragmáticos para todas as ciências e habilidades adquiridas de outra forma, pelos meios os quais elas se tornam úteis não meramente para a escola, mas sim para a vida e através das quais o aprendiz formado é apresentado ao seu destino, ou seja, o mundo.

Da passagem acima, é possível destacar que, com relação à estruturação de suas aulas ou lições, Kant associa às aulas de Geografia Física, a busca de “elementos pragmáticos” para ajudar seus estudantes a terem um “conhecimento do mundo” (*Weltkenntnis*). A intenção é torná-los “civilizados” e, mais, torná-los “cidadãos do mundo” (WILSON, 2006, p. 8). Essa observação mostra que Kant tem uma preocupação com a formação dos seus estudantes, de que esta seja útil para destino ao qual eles estão comprometidos: viver no mundo e serem úteis à sociedade. Essa observação fica clara quando se percebe que Kant não quer simplesmente tornar seus estudantes competentes do ponto de vista acadêmico, mas sim busca prepará-los para as realidades sociais, práticas e pragmáticas (Idem).

Mais adiante no texto sobre as diferentes raças (VvRM 2: 443), Kant destaca que:

Aqui um campo de dois segmentos está diante dele [do estudante], dos quais ele precisa de um esboço preliminar para que ele possa ordenar todas as experiências futuras de acordo com as regras, a saber, a natureza e o ser humano. Eu chamo o primeiro de instrução em geografia física o qual escolhi para a leitura do curso de verão, o segundo eu chamo de antropologia, o qual eu reservo para a leitura do curso de inverno.

Kant estabelece suas aulas em dois cursos complementares, um sobre geografia física e outro sobre antropologia, os quais em conjunto visam a formação dos estudantes para a vida fora da escola, uma formação prática.



Essa divisão e o interesse de Kant na formação “útil” de seus estudantes chama a atenção. Segundo Wilson (2006, p. 12): “Kant entende que a tarefa do professor é que ele/ela deve estar preocupado em formar primeiro o lado de informação, depois o lado judicioso e finalmente o lado erudito em seus estudantes”. Como será mostrado, esse objetivo na verdade está no centro da questão dos textos sobre a antropologia pragmática. A discussão sobre esta questão mostrada por Wilson em seu texto (2006, p. 13) é interessante por destacar que a ênfase de Kant é desenvolver a capacidade de julgamento próprio em seus estudantes. Ela aponta que Kant entende as falhas no sistema acadêmico e que estas são causadas, em parte, pelo fato de que os estudantes aprendem pensamentos, mas não aprendem como pensar: “o problema dos jovens e inexperientes estudantes é que eles querem um estilo de ensino que os guie a ‘filosofar’, em vez de [somente] informá-los sobre a história da ‘filosofia’”. Os estudantes devem ser guiados, não simplesmente carregados ao longo do processo do ensino; devem estar preparados para o futuro sabendo pensar por si mesmos. Em seu texto referente ao *Programa dos cursos do semestre de inverno de 1765-1766* (NEV 2: 312), Kant mostra que:

uma grande negligência entre os jovens que estudam, consiste primeiramente em que eles aprendem cedo a raciocinar ilusoriamente, sem possuir conhecimento histórico suficiente, o qual poderia tomar o lugar da experiência [de vida].

Essa é a resposta à questão envolvendo a antropologia pragmática: a maioria dos estudantes jovens ainda não tem a experiência de vida que poderia ser útil em ajudá-los a se posicionar no mundo em relação às questões do dia-a-dia. Para piorar, a academia (ou seja, o ensino formal), erra ao ensiná-los somente aspectos teóricos, sem preocupação com as possíveis aplicações práticas desses conhecimentos. Desta forma, os estudantes saem da escola despreparados para servirem à sociedade e ao mundo. A antropologia pragmática visa justamente tentar corrigir esse problema<sup>4</sup>, dando aos estudantes uma orientação com relação às ações para a vida, sociedade e mundo.

Porém apesar dessa condição de a antropologia buscar ajudar na construção do ser humano (através do conhecimento de mundo), uma questão sobre a origem dos

---

<sup>4</sup> Essa intenção da antropologia pragmática tem clara ligação com as máximas. O objetivo da antropologia, como se verá, é dar insumos aos estudantes para que possam saber como deliberar, ou seja, saber como construir máximas úteis às suas vidas.

textos da antropologia deve ser investigada, referente à origem das lições sobre antropologia de Kant terem origem em seus textos de metafísica (psicologia empírica) ou em seus textos de geografia física.

#### 4. As lições de antropologia: psicologia empírica ou geografia física?

A questão de qual segmento (se a psicologia empírica ou se a geografia física) fundamenta ou simplesmente influencia as lições posteriores que Kant faz sobre antropologia tem peso na discussão sobre a pertinência ou não da antropologia ao *corpus* filosófico de Kant, ou seja, fortalecem as considerações para que a antropologia possa ser considerada como parte relevante da filosofia crítica.

É interessante perceber que o tema em questão é polêmico<sup>5</sup>. Desde a publicação do texto da *Antropologia de um ponto de vista pragmático* como parte das obras completas de Kant, a polêmica se faz presente. A Antropologia faz parte do volume sete das Edições da Academia, o qual foi editado por Erich Adickes e Wilhelm Dilthey, no início do século passado. Adickes e Dilthey tinham posições diferentes sobre a origem das lições de antropologia:

Provavelmente o mais destacado e certamente o mais decisivo exemplo das duas posições opostas em termos da origem das lições de antropologia de Kant é a discussão que ocorreu entre Dilthey e Adickes, por meio de cartas, durante o inverno de 1904-05, como os dois editores do *Kants gesammelte Schriften* expressaram suas opiniões diferentes sobre a ordem e o agrupamento das obras de Kant. Quase todo o conteúdo de sete cartas muito longas trata da questão do lugar da antropologia pragmática dentro do pensamento geral de Kant, porque essa discussão iria decidir sobre o posicionamento da antropologia dentro do arranjo dos textos da Academia. Dilthey tomou a clara posição de associar a antropologia à geografia física e, portanto, as duas deveriam ser publicadas conjuntamente. Adickes era contra isso, já que via as lições de antropologia como originadas na psicologia empírica que era parte das lições de metafísica de Kant (WILSON, 2006, p. 17 n. 39).

Os próprios editores das obras de Kant discordavam com relação à origem e, conseqüentemente, a influência sobre as lições de antropologia kantianas. É interessante perceber que o mesmo ocorreu na edição do volume 25 da Academia, justamente o que

<sup>5</sup> Erich Adickes, Norbepfrt Hinske e Reinhard Brandt entendem que as lições de antropologia tiveram origem na psicologia empírica, presente nas lições sobre metafísica; Wilhem Dilthey e Benno Erdmann defendem que as lições de antropologia tiveram origem nas lições de geografia.

trata das *Lições de antropologia*, feitas pelos estudantes de Kant. Reinhard Brandt entende que as lições de antropologia tiveram origem nos textos de metafísica, enquanto Werner Stark tem uma visão diferente<sup>6</sup>.

Porém, como mostrado no texto sobre *Das diferentes raças humanas*, Kant mostra que o ensino de geografia física é um “exercício preliminar” sobre o *Weltkenntnis* e este serve para fornecer os “elementos pragmáticos” para o conhecimento útil. Como visto, o sentido de “pragmático” aqui posto visa ajudar os estudantes a se desenvolverem para o mundo e para a sociedade. Afinal, quais as consequências de se vincular a antropologia à psicologia empírica? Ou à geografia física?

Como foi dito, o problema com relação a estas questões é justamente a possibilidade de relacionar a antropologia pragmática à filosofia crítica. A questão é que a antropologia pragmática desenvolvida por Kant tem traços empíricos em si, por definição. Por exemplo, não seria possível estudar o caráter das raças relacionado a um País sem se levar em conta informações empíricas. Uma das questões que se pode levantar é que Kant, na *KrV* (A 550 / B 578) afirma que a antropologia tendo uma investigação fisiológica das ações humanas, exclui a liberdade:

Em relação ao caráter empírico não há, pois, liberdade e só em relação a este podemos considerar o homem, se nos quisermos unicamente manter na observação e, como acontece na antropologia, pretendermos investigar fisiologicamente as causas determinantes das suas ações.

E ainda, como foi mostrado na *GMS* (4: 388), Kant afirma que a parte teórica da Moral deve “estar cuidadosamente expurgada de todo elemento empírico”. Mas, por outro lado, nas *Lições de ética* (Mrongovius II) (*V-Mo/Mron II* 29: 599), Kant afirma que “A metafísica da moral, ou *metaphysica pura*, é somente parte da moralidade; a segunda parte é a *filosofia moralis applicata*, a antropologia moral, à qual os princípios empíricos pertencem”. A questão aqui gira em torno da possibilidade de se considerar questões empíricas dentro da proposta kantiana da moral pura. A proposta de Kant na sua filosofia é a determinação da possibilidade de juízos *a priori* e, seguindo essa

---

<sup>6</sup> Como será mostrada, a posição de Brandt é ainda mais forte, já que ele desconsidera a antropologia pragmática, suas lições e seu texto como parte da filosofia sistemática de Kant. Brandt defende que Kant se fundamentou nos textos de Wolff sobre psicologia empírica e que ele buscava desenvolver a partir dele a antropologia pragmática (WILSON, 2006, p. 18).

proposta, Kant define dois campos: o teórico – prático e o empírico. O cerne da pesquisa kantiana aparece no primeiro campo (o teórico – prático), no qual ele busca estabelecer os limites e possibilidades do conhecimento fundamentado em proposições *a priori*. A questão que deve ser perguntada é se esse posicionamento excluiu os dados empíricos como não sendo importantes para as questões filosóficas. A proposta aqui apresentada é que Kant não exclui os dados empíricos de suas questões e os considera parte importante da filosofia em geral, principalmente a filosofia prática.

Holly Wilson (2006, p. 20) aponta que a “antropologia de Kant tem sido frequentemente identificada com psicologia empírica” e isso traz como consequência a falta de atenção que a antropologia pragmática tem recebido com relação aos outros textos de Kant e mesmo da relação entre eles. Ela afirma que Kant utilizava quase certamente como base o texto de Baumgarten *Psychologia empírica* como texto base para suas lições. Norbert Hinske<sup>7</sup> coloca que: “a antropologia está para o todo da filosofia como uma disciplina em uma posição subordinada” e que a antropologia não está preocupada com a “natureza dos seres humanos”, mas com mera observação (HINSKE apud WILSON, 2006, p. 22). Esse é o ponto problemático com relação à origem das lições de antropologia. Caso se confirmasse que as lições estão ligadas à psicologia empírica, de fato, então as lições poderiam ser desconsideradas como parte da Filosofia crítica.

Brandt e Hinske (entre outros) entendem que as lições de antropologia de Kant derivam do texto de Alexander Gottlieb Baumgarten chamado *psychologia empírica* em suas aulas sobre metafísica e em suas *Lições de antropologia (V-Anth/Dohna 25: 859)*: “como não existe nenhum outro livro sobre antropologia, nós selecionaremos psicologia metafísica de Baumgarten como um guia”. Porém o ponto em questão aqui é que de fato Kant utilizou o texto de Baumgarten em suas aulas, até porque era requerido pela Universidade de Königsberg que ele definisse um livro-texto<sup>8</sup>, mas a questão é que esse fato não fundamenta ou justifica a afirmação de que todo o conteúdo da antropologia kantiana foi influenciado por Baumgarten.

A questão é que Kant mesmo afirmou que a antropologia não pode ser associada com a psicologia. Por exemplo, no texto da *Antropologia*, Kant (*Anth 7: 161*) escreve:

<sup>7</sup> Loudon (2000, p. 63) também aponta que Hinske sugere que as lições de antropologia surgiram da psicologia empírica que existia nas lições de metafísica de Kant.

<sup>8</sup> Ver Holly Wilson (2006, p. 23).

As suas percepções e a experiência interna (verdadeira ou aparente) compostas pela ligação entre elas não são meramente *antropológicas*, a saber, onde se desconsidera se o homem tem ou não uma alma (como substância incorpórea particular), mas *psicológicas*, onde se acredita perceber em si uma tal alma, e a mente, representada como mera faculdade de sentir e de pensar, é considerada como substância particular que habita o ser humano.

A antropologia não faz, portanto, parte das indagações metafísicas (alma, mente...) que a psicologia deve fazer (pelo menos a psicologia “racional”). As questões antropológicas dizem respeito a outro âmbito de indagação. Também é possível notar que Kant afirma claramente nas *Reflexões sobre antropologia* (*Refl* 15: 801) que a antropologia pragmática não deveria ser psicologia:

a antropologia pragmática não deve ser psicologia: a fim de pesquisar se o ser humano tem uma alma ou o que se origina do princípio do pensamento e do sentimento em nós (não no corpo), também não a fisiologia do doutor: a fim de explicar a memória do cérebro, mas conhecimento dos seres humanos.

Aqui há uma separação entre antropologia, psicologia e fisiologia. A psicologia no sentido aqui exposto por Kant, trata de questões metafísicas, enquanto a fisiologia busca explicar o funcionamento dos processos e órgãos do corpo humano. A antropologia, ao contrário, busca tratar do conhecimento dos seres humanos. Essa é a questão central: a antropologia busca conhecer os seres humanos para ensiná-los a serem melhores cidadãos, conforme exposto anteriormente. Cabe também perceber que Kant chama sua disciplina de antropologia pragmática. Essa sua nova disciplina busca desenvolver um conhecimento do mundo em seus estudantes, não é uma tentativa de desenvolver versões modificadas de velhas psicologias ou fisiologias com intenção puramente teóricas (WILSON, 2006, p. 25), e isso fica claro na carta de Kant a Marcus Herz (*Br* 10: 145), em que Kant expõe a sua intenção com relação à antropologia:

Este inverno eu ministrarei, pela segunda vez, um curso sobre Antropologia, um tópico que eu pretendo agora tornar em uma disciplina acadêmica adequada. Mas meu plano é bem singular. Eu pretendo usá-lo para divulgar as fontes de todas as ciências (práticas), a ciência da moralidade, da habilidade, do relacionamento humano, do modo de educar e governar seres humanos e, portanto, de tudo o que

pertence à [filosofia] prática. Eu procurarei discutir os fenômenos e suas leis em vez de os fundamentos da possibilidade do pensamento humano em geral.

A carta para Herz pode ser tomada como fundamental para o entendimento do que Kant pretende com a ideia da antropologia: não é simplesmente uma disciplina comum, mas uma inovação. Partir não de investigações puramente teóricas, mas buscar analisar os fenômenos que fundamentam as ciências práticas, a moralidade, o relacionamento humano (a sociedade). Uma disciplina baseada na observação dos outros seres humanos, como aparece no texto das *Lições de antropologia Menschenkunde* (*V-Anth/Mensch* 25: 857): “É, portanto difícil observar a mente do ser humano, assim que seus incentivos estão em jogo. No entanto, esta dificuldade é diminuída quando se começa a observar os outros”. Ou ainda:

Conhecimento do ser humano nós designamos com o nome geral de ‘antropologia’, a qual não é ensinada em nenhuma outra universidade. Platner<sup>9</sup> escreveu uma antropologia escolástica. Mas nossa finalidade é meramente definir regras da multiplicidade que percebemos em seres humanos, pois por mais incrivelmente diferentes que os humores humanos pareçam ser, ainda existem mais regularidades [nos humores] do que se poderia pensar. Vamos tentar esclarecer este jogo das ações humanas sob regras (*V-Anth/Mensch* 25: 857).

Kant queria uma antropologia em formato inédito, baseada nas ações dos seres humanos, mais precisamente Kant busca com sua antropologia analisar quais são as “regras de multiplicidade” que envolvem essas ações. Essa afirmação de Kant, de que a sua antropologia quer “esclarecer o jogo das ações humanas”, pode servir como um forte fundamento para a alegação feita aqui, de que uma análise do processo da ação em Kant deve levar em consideração sua antropologia pragmática. Essa fundamentação é ainda mais forte quando se percebe que a real intenção de Kant com relação a sua antropologia pragmática é: “Não apenas instruir seus estudantes no conhecimento teórico, mas também guiá-los nos interesses históricos e mundiais, para então eles encontrarem seu lugar no mundo<sup>10</sup>” (WILSON, 2006, p. 26).

<sup>9</sup> Ernst Platner escreveu *Anthropologie für Aerzte und Weltweise*, em 1772. Kant debateu com Herz na carta mencionada (*Br* 10: 145) de 1773 sobre o texto de Platner. Para Kant, a antropologia apresentada era excessivamente fisiológica.

<sup>10</sup> Esse aspecto é importante de se destacar. Já em 1765, Kant entendia que a tarefa do professor é ensinar seus alunos a pensar por si próprios, em vez de somente decorar fatos históricos da filosofia. Como o

Desta forma, é possível entender que a antropologia kantiana tem origem em suas lições sobre psicologia empírica e geografia física, mas acaba seguindo um modelo muito específico e inovador. Louden (2000, p. 63) também segue essa linha de entendimento: “parece que as *Lições de antropologia* de Kant de fato surgiram de suas lições de metafísica e de geografia física”. Mas, mais adiante, Louden (idem) complementa:

independentemente se se pode apontar definitivamente a uma porção pré existente dos textos de Kant a origem das lições da antropologia, é também importante notar que o seu interesse crescente na nova disciplina de antropologia foi parte de um fenômeno cultural muito maior.

As lições de antropologia seguem um desenvolvimento próprio, sendo que, mesmo que sua origem tenha sido os textos de metafísica e de geografia, não as impedem de serem consideradas válidas na investigação da ação, operando em conjunto com os textos clássicos sobre a filosofia prática kantiana.

## 5. A antropologia e a filosofia crítica: existe uma relação?

Como mostrado, o debate sobre a importância da Antropologia com relação à filosofia crítica não é atual, mas pode-se dizer que ganhou força nas últimas décadas. O trabalho realizado por Reinhard Brandt e Werner Stark (o volume 25 das obras de Kant editadas pela Academia) trouxe mais elementos.

A questão gira em torno da pertinência dos textos da *Antropologia* à Filosofia crítica. Basicamente existem dois grupos antagonistas, dentre os intérpretes de Kant: os que entendem que a *Antropologia* faz parte da Filosofia crítica (e, portanto, deve ser considerada nas análises dos textos de Kant), e os que entendem a *Antropologia* como pertencente ao que se chama “textos periféricos” ou mesmo “textos secundários” à Filosofia crítica (não merecendo, portanto, considerações no tocante a esta).

Como foi visto, Brian Jacobs (2003, p. 2) aponta que os textos de Kant sobre a *Antropologia* têm sido amplamente negligenciados. Jacobs argumenta que esta

---

próprio Kant mostra em seu *Programa dos cursos de inverno de 1765 – 1766* (NEV 2: 306): “Em suma, ele [o estudante] não deve aprender pensamentos, mas a pensar; não se deve carregá-lo, mas orientá-lo, se alguém quiser que ele seja saiba guiar-se por si só no futuro”. Essa preocupação de Kant em ensinar seus estudantes a pensarem por si é, sem dúvida, uma concepção interessante para os professores e professoras, mesmo nos dias de hoje.

negligência é, em parte, fruto da data de publicação dos textos sobre a *Antropologia* (1798), já que nesta época Kant já é um homem idoso e isto fica claro na forma com que o texto é apresentado (destacadamente de modo diferente dos trabalhos ditos mais importantes de Kant, como as três *Críticas*, por exemplo). Porém, contra este argumento, basta observar, como foi mostrado, que o texto da *Antropologia* é uma compilação dos textos dados em sala de aula, por Kant, ao longo de aproximadamente 24 anos (1772/1773 a 1796) que transcorreram durante o desenvolvimento de suas principais obras, notadamente as três *Críticas*, bem como a *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Portanto os textos considerados como base para a construção da *Antropologia* foram desenvolvidos durante a fase de desenvolvimento da Filosofia crítica, não somente ao final da vida de Kant.

Para Holly Wilson (2006, p. 109), esta negligência se deve a preconceitos com relação ao fato de a *Antropologia* não ter caráter filosófico. Wilson coloca Reinhard Brandt como defensor desta linha de pensamento. Contra Brandt, a própria Wilson mostra, em seu livro *Kant's pragmatic anthropology* (capítulo 4) que a *Antropologia* contém, sim, uma “teoria bem estruturada sobre a natureza humana”, o que mostra que, na verdade, o argumento de Brandt de que a *Antropologia* não é filosofia em sentido estrito não procede.

De maneira geral, atualmente muitos comentadores de Kant consideram a *Antropologia* como pertencente ao Sistema Crítico e, portanto, válida em interpretações que envolvam este. Por exemplo, Werner Stark, que, juntamente com Reinhard Brandt desenvolveu o volume 25 da Academia, discorda de seu companheiro. Stark afirma que:

...eu acredito que Kant considerou a *Antropologia* como uma parte integral de sua filosofia (incluindo sua filosofia crítica), e que ela [a *Antropologia*] não deve ser tomada como um mero apêndice ao sistema [kantiano] (JACOBS, 2003, p. 21).

A posição de Stark é oposta a Brandt e isto é interessante porque os dois trabalharam em conjunto na construção do volume 25 da Academia. Isso mostra, claramente, como a questão sobre a antropologia é contenciosa. Porém não são somente Stark e Wilson que defendem a *Antropologia* como parte do sistema kantiano. O aspecto moral da antropologia também é destacado por Patrick Frierson em *Freedom and anthropology in Kant's moral philosophy* (2003). Este “aspecto moral” visa



justamente mostrar que a antropologia kantiana pode atuar como um elemento de ligação entre a Moral *a priori*, desenvolvida por Kant na *Fundamentação da metafísica dos costumes* e na *Crítica da razão prática*, e uma “moral prática”, a qual deve levar em consideração a possibilidade de o agente realizar a Moral pura como fim último. Frierson (2003, p. 163) escreve:

Eu estou convencido de que a antropologia moral de Kant fortalece sua teoria ética. Kant reconhece corretamente a possibilidade de efetuar mudanças em agentes humanos... E percebe que estas mudanças podem ser moralmente benéficas quando são direcionadas ao cultivo de um caráter sólido e bom.

É justamente este aspecto da *Antropologia* que se está querendo considerar neste trabalho. Em que pese a afirmação de Frierson de que é a “antropologia moral” que fortalece a teoria ética de Kant, é possível entender esta afirmação como sendo aplicável da mesma maneira à antropologia pragmática como um todo, já que esta se preocupa com o que o homem “faz de si mesmo, ou pode e deve fazer como ser que age livremente” (*Anth 7*: 119). A antropologia pragmática, tendo por fim transformar o ser humano em cidadão do mundo, pode ser entendida como a ferramenta que visa fundamentar a moral objetiva (o agir racional) ao indivíduo limitado e sujeito a tantas influências empíricas, tais como de fato o ser humano se apresenta em sua vida em sociedade.

Em busca de um melhor entendimento sobre a relação Antropologia – Filosofia crítica, é interessante considerar a contribuição de dois comentadores: Daniel Omar Perez e Robert Louden.

Perez (2009, p. 1) procurou analisar a possibilidade de

demonstrar que os estudos de antropologia de Kant não constituem um agregado de elementos isolados senão que respondem a uma ordem sistemática de conhecimento estabelecido pelo plano da filosofia transcendental.

O resultado dessa análise é que esta demonstração se efetiva (PEREZ, 2009, p. 44), o que traz como consequência que os escritos antropológicos de Kant podem ser considerados como parte prática constituinte de sua filosofia transcendental e, desta maneira, devem ter impacto sobre a concepção do agente racional. Perez (2009, p. 15)

realiza uma análise da antropologia pragmática kantiana partindo da hipótese de que: “a antropologia pragmática é um conhecimento não do que a natureza faz do homem, mas do que o homem faz de si mesmo”. Essa hipótese é interessante pelo seguinte aspecto: o homem como agente racional, pode ser visto como capaz de se modelar, de evoluir no sentido de que as condições inerentes ao seu nascimento, condições estas que independem de sua vontade, não são definidoras de seu caráter empírico de maneira necessária e irreversível.

Robert Louden leva ainda mais adiante as considerações que faz com respeito à função da antropologia pragmática na filosofia kantiana. Conforme exposto acima, Kant, em diversos momentos ao longo da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, tratou de uma possível relação entre sua teoria moral (chamada neste trabalho de moral objetiva) e a antropologia, afirmando, em alguns momentos, que esta deveria ser a parte prática de uma Metafísica dos Costumes. Pois Louden (2002, p. 43), em seu artigo *A segunda parte da moral* afirma justamente isso:

as lições de antropologia de Kant contém uma antropologia moral específica, uma antropologia moral que, de fato, funciona como “a contraparte de uma metafísica dos costumes, o outro membro da divisão da filosofia prática como um todo”.

Portanto, segundo a tese de Louden, a antropologia pode ser entendida como uma ferramenta facilitadora, a qual tem a função de tornar efetiva a moralidade e o agir racional kantianos na prática, na vida do ser humano. Louden aponta, em acordo com o que será exposto em seguida, de que “Kant concorda com Hegel que a ‘educação é a arte de tornar seres humanos, seres éticos’” (LOUDEN, 2002, p. 43). Assim, Louden e Perez parecem estar em concordância com relação à possibilidade de construção do caráter do ser humano, visando a sua evolução racional e moral. Apoiando essa tese da possibilidade de construção do caráter, Louden (2002, p. 43) ainda afirma que:

habilidades de julgar *com experiência* são necessárias para a aplicação própria dos princípios abstratos aos casos individuais, e que os ideais morais (e racionais) que não forem empiricamente instruídos, se mostrarão impotentes na prática.

Neste sentido, a experiência equivale justamente como fator construtivo do caráter do ser humano. É interessante notar que esta experiência não é encarada como um fator que, inevitavelmente, causará uma inclinação, um vício, uma afecção ou uma paixão, mas, muito ao contrário, atuará como “fator educativo”, portanto positivo, na construção do caráter. Outras duas citações de Louden complementam a ideia da antropologia como ferramenta auxiliar para a exequibilidade da ação racional (moral). A primeira delas mostra que uma das tarefas da antropologia de Kant é justamente: “encontrar formas de fazer a moralidade algo mais eficaz na vida humana” (LOUDEN, 2002, p. 38). A citação é por demais clara em seu significado: a antropologia tem lugar na filosofia prática kantiana e esse lugar é o de tornar a moral, como uma aplicação específica do agir racional, algo útil e aplicável na vida, não somente um conjunto de disposições teóricas cuja aplicabilidade prática seja, no mínimo, de difícil execução. A outra citação surge como explicação de uma maneira para realizar o explicitado na primeira citação: com o auxílio da antropologia, é possível

tomar nosso conhecimento empírico dos seres humanos e usar esse conhecimento para nos tornarmos pessoas moralmente melhores. A antropologia moral é assim, também um tipo de antropologia útil ou prática, *mas os usos a partir dos quais ela deve ser realizada são morais e não meramente imperativos pragmáticos* (LOUDEN, 2002, p. 38, destaque do autor).

Então o uso dos conhecimentos fornecidos pela antropologia permite ao indivíduo utilizar conhecimentos sobre os seres humanos, adquiridos através da experiência, em vista de construir o seu caráter. Deste modo, fica claro que o objetivo não é utilizar um ser humano como meio para um fim (o que é vetado pela moral objetiva kantiana), mas sim utilizar do conhecimento proporcionado pela experiência que uma relação com outro ser humano trouxe e, a partir deste conhecimento, construir máximas que possam guiar o indivíduo em sua evolução rumo a moralidade (a própria moral objetiva). Essa interpretação fica ainda mais fundamentada com a referência que Louden faz ao final da citação.

Allen Wood (1999, p. 195) também entende que a *Antropologia* deve ser parte da filosofia prática kantiana:

a inclusão de Kant da antropologia prática como parte da filosofia moral ou da filosofia prática parece para mim consistente com os princípios kantianos e bastante esclarecedora da maneira com que Kant concebe o sistema da filosofia moral (...) de fato Kant considera a informação empírica sobre a natureza humana e também os princípios metafísicos *a priori* como determinando o conteúdo dos fins morais e o resultado dos deveres éticos.

Para Wood, a antropologia “prática” está relacionada com a filosofia prática porque aquela fornece a informação empírica necessária para determinar os deveres éticos dos seres humanos. Ainda mais relevante é a afirmação de Wood de que a antropologia é “bastante esclarecedora da maneira com que Kant concebe o sistema da filosofia moral”.

Alix Cohen (2014, p. 6) também entende que as lições de antropologia, apresentadas pelo volume 25 da Academia, e também pelo texto da *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (pois, afinal, esse dois textos se complementam), contribuem para um melhor entendimento da filosofia kantiana:

*As Lições de antropologia* contribuem para nosso entendimento da filosofia de Kant como um sistema de maneiras cruciais. Primeiramente por nos habilitar a detalhar a dimensão empírica [da filosofia kantiana], uma dimensão que é usualmente discreta, se mesmo presente, no resto do *corpus*, elas [as Lições] fornecem uma oportunidade de considerar questões que permanecem pouco exploradas dentro do pensamento kantiano.

Como foi mostrado, do ponto de vista prático as considerações sobre a antropologia kantiana podem lançar um novo entendimento sobre a questão da ação ao considerar os aspectos empíricos do sujeito da ação. Brian Jacobs (2003, p. 6) afirma que o sujeito passa a ter um novo entendimento considerando as Lições: “as *Lições de antropologia* de Kant apresentam o sujeito atuante e conhecedor como plenamente constituído de carne e sangue humanos, com as virtudes e fraquezas específicas que o tornam propriamente humano”.

A questão da relação entre antropologia e a Filosofia crítica também pode ser entendida como a abordagem entre dois aspectos do conhecimento, conforme se nota nas *Reflexões sobre antropologia* (Refl 15: 800):

O conhecimento da natureza humana pode ser entendido como conhecimento escolástico [teórico] ou conhecimento do mundo. Este último é a antropologia pragmática. O último apenas examina o que os seres humanos são, a fim de derivar regras sobre o que eles podem fazer ou precisar dos outros. Não é psicologia, que é um conhecimento escolástico [teórico].

Os dois tipos de conhecimento se diferenciam justamente quanto à abordagem: o conhecimento do mundo (*Weltkenntnis*) analisa como os seres humanos funcionam, a fim de buscar entender esse funcionamento e então possibilitar uma maneira de se desenvolver como ser humano. O conhecimento ou filosofia escolar (teórico) se caracteriza por ser baseado no uso da razão e é, portanto, racional (*a priori*), enquanto o conhecimento do mundo (*Weltkenntnis*) é baseado na experiência, sendo, portanto, empírico (WILSON, 2006, p. 111).

Com relação à falta de sistematicidade nos textos de antropologia, conforme afirmado por Brandt, Holly Wilson (2006, p. 110) coloca a questão de maneira a explicar essa problemática da suposta falta de fundamentação sistemática com relação aos textos de antropologia. Ao perguntar se Kant “acreditava que sua antropologia não tinha fundamentação sistêmica?”, a resposta de Wilson é

a antropologia kantiana tem uma fundamentação sistêmica, mas Kant não via razão para mostrar em detalhes estas fundamentações para a antropologia pragmática porque a intenção do curso era [ser] popular e este aprofundamento somente teria diminuído o apelo popular [do curso].

Não se pode esquecer aqui, na referência já mostrada que Kant realizou na *Lições de ética* (Mrongovius II) (*V-Mo/Mron II 29: 599*), de que “*Philosophia moralis applicata*, antropologia moral, à qual pertencem os princípios empíricos (...) antropologia moral é a moralidade aplicada aos homens”.

Porém, talvez um dos pontos mais importantes para os objetivos desta discussão encontra-se em uma passagem das *Lições de ética* (Collins) (*V-Mo/Collins 27: 244*):

A regra subjetiva afirma o que realmente ocorre, já que mesmo entre os ímpios existem regras pelas quais eles agem. A antropologia está preocupada com regras práticas subjetivas, ela observa unicamente o real comportamento do [ser humano]; a filosofia moral procura trazer seu [do ser humano] bom comportamento sob regras, a saber, o que deveria ocorrer. [A filosofia moral] contém regras para o uso correto

da vontade, assim como a lógica contém regras para o uso correto do entendimento. A ciência das regras de como o ser humano deveria se comportar é filosofia prática, e a ciência das regras de seu comportamento real é antropologia; essas duas [ciências] estão intimamente ligadas, e **a moralidade não pode existir sem a antropologia**, pois é preciso primeiro saber do agente se ele também está em condições de realizar o que lhe é exigido que faça. (negrito do autor).

Esse trecho expõe algumas questões interessantes. Primeiro, Kant conecta as regras subjetivas (que podem ser chamadas de máximas), que são válidas para o agente, às ações: “a regra subjetiva afirma o que realmente ocorre”. Em seguida, Kant afirma que a antropologia (que é entendida como a ciência das regras do comportamento real), se preocupa com as “regras práticas subjetivas”. Esse é um importante ponto de conexão possível de ser postulado entre as máximas (princípios ou regras subjetivas da ação) e a antropologia. Mais adiante, Kant coloca que a filosofia moral (que é entendida como a ciência das regras de como o ser humano deveria se comportar), se preocupa com o que deveria (*soll*) ocorrer via regras para uso correto da vontade. Um ponto importante, destacado em negrito na citação acima, ocorre quando Kant afirma que antropologia e filosofia prática estão intimamente ligadas “e que a moralidade não pode existir sem a antropologia”. Essa ligação e dependência ocorrem porque é preciso conhecer (via antropologia) se o agente tem condições de realizar o que a moral lhe comanda a fazer. A ligação entre essas afirmações e as máximas é evidente. Desta forma, mais uma vez está demarcada não somente a validade Crítica das *Lições de antropologia*, mas também a necessidade de utilização das mesmas em uma análise sobre a ação em Kant. Patrick Frierson (2003, p. 49) também destaca esta questão:

A antropologia ocupa-se especificamente com as condições subjetivas que aumentam e fortalecem os princípios morais, ao invés de meramente especificá-los. Ou seja, a antropologia estuda as influências que ajudam ou impedem o indivíduo em adotar e agir baseado em princípios.

A última frase de Frierson indica justamente a intenção de se utilizar a antropologia na análise da ação: é na antropologia que serão encontradas referências às questões que ajudam ou dificultam o agente a agir conforme princípios válidos. São as condições antropológicas do agente que atuam nessa facilitação ou impedimento.

Lembrando a passagem da *GMS* (4: 420n, 421n) sobre máximas, se percebe claramente a ligação e necessidade da antropologia:

Máxima é o princípio subjetivo para agir... [e] contém regra prática que a razão determina em conformidade com as condições do sujeito (muitas vezes em conformidade com a ignorância ou também com as inclinações do mesmo).

Na passagem da *GMS* se percebe a afirmação de que um princípio da ação (a máxima) é determinada muitas vezes em conformidade às condições do sujeito agente: sua ignorância e suas inclinações. É exatamente neste aspecto de formação das máximas que a antropologia vai auxiliar.

Diante do que foi exposto, percebe-se a importância que o texto da *Antropologia* vem adquirindo dentro do sistema filosófico kantiano e sua necessidade para a análise da questão da ação em Kant. Em que pese a impossibilidade de uma decisão definitiva com relação a sua pertinência à Filosofia crítica, já que o próprio Kant não afirmou sua inclusão ou exclusão desta, é inegável, conforme ficou claro, a riqueza que as considerações sobre a *Antropologia* trazem, principalmente com relação ao agente racional, sua natureza e suas condições.

Estabelecida a possibilidade da existência de um vínculo entre a *Antropologia* e a Filosofia crítica, passa-se à análise das concepções e objetivos da antropologia pragmática kantiana.

## 6. A Antropologia Pragmática: concepções e objetivos

A análise a ser realizada agora é entender como a antropologia kantiana pode ser entendida com relação à sua pertinência à questão da ação. Mais precisamente, o que se busca analisar é, em função de suas definições e objetivo, entender como a antropologia pode contribuir para o entendimento do processo da ação.

No início do texto *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, Kant (*Anth* 7: 119, destaques do autor) define suas pretensões com relação ao que pretende:

Uma doutrina do conhecimento do ser humano sistematicamente composta (antropologia) pode ser tal do ponto de vista *fisiológico* ou *pragmático*. – O conhecimento fisiológico do ser humano trata de

investigar o que a *natureza* faz do homem; o pragmático, o que *ele* faz de si mesmo, ou pode e deve fazer como ser que age livremente.

Essa é a passagem clássica da *Antropologia*, na qual Kant afirma que a intenção da antropologia pragmática é investigar o ser humano como construção de si mesmo. Frierson (2014, p. 119) aponta que o objetivo de Kant com sua antropologia e especialmente sua antropologia pragmática era “desenvolver uma nova abordagem para pensar os seres humanos, uma que combinaria uma visão teórica da natureza humana com preocupações práticas dos seres humanos”. É essa nova abordagem que Kant utilizará para buscar responder à questão “o que é o ser humano?”, utilizando para isso o que Kant chama de “conhecimento do mundo” (*Weltkenntnis*), buscando transformar o ser humano em um “cidadão do mundo”.

A questão sobre o ser humano foi colocada por Kant em sua *Lógica* (*Log* 9: 25):

O campo da filosofia, nesta significação cosmopolítica, pode reduzir-se às seguintes questões:

- 1) que posso saber?
- 2) que devo fazer?
- 3) que me é permitido esperar?
- 4) que é o homem?

A Metafísica responde à primeira questão; a Moral, à segunda; a Religião, à terceira; e a Antropologia, à quarta. Mas, fundamentalmente, tudo poderia reduzir-se à antropologia, pois as três primeiras questões remetem à última.

Para Kant, portanto, a pergunta sobre o ser humano, sua natureza e características é uma das mais fundamentais questões da filosofia, sendo que a antropologia tem um papel importante na busca por uma resposta, já que, na verdade, ela permite pensar também as outras três questões principais.

Nas *Lições de antropologia* (Friedländer) (*V-Anth/Fried* 25: 471), Kant coloca que sendo assim, “a antropologia não é uma descrição dos seres humanos, mas da natureza humana” e, mais adiante,

consequentemente nós devemos estudar a nós mesmos, e desde que queremos aplicar este estudo a outros, devemos estudar a humanidade, porém não psicologicamente ou especulativamente, mas pragmaticamente.



A antropologia é, então, estratégica para o entendimento do que é o ser humano e suas implicações ao processo de ação, por exemplo. Mas Kant afirma que o estudo do ser humano deve ser realizado pragmaticamente. Interessa então entender melhor qual o significado de “pragmático” na filosofia kantiana.

Wood (2003, p. 40) defende que a ideia de Kant de utilizar o que se pode chamar de “modo pragmático” de estudo do ser humano tem a ver com o fato de que ele não pode ser estudado de maneira ótima via psicologia:

Os seres humanos devem ser vistos como agentes livres, não como meros elos em um mecanismo causal; a pesquisa antropológica deve ser a atividade de um agente livre se envolvendo com outros agentes livres.

É possível entender o conceito de “pragmático” relacionado à antropologia de três formas: (i) pragmático em relação ao fisiológico, (ii) pragmático em relação ao escolástico (teórico), (iii) pragmático em relação à prudência, como útil e com relação à felicidade.

### 6.1. “Pragmático” em relação à “fisiológico”

Já no início do texto da *Antropologia*, Kant coloca a diferença entre os dois aspectos. O conhecimento fisiológico trata do funcionamento básico do corpo humano, das relações entre os órgãos e de seu funcionamento, bem como a influência deste no indivíduo. Essa abordagem foi a realizada por Ernst Platner em sua *Antropologia*<sup>11</sup>, a qual foi discutida por Kant na carta para Markus Herz em 1773<sup>12</sup>. Segundo Kant, o conhecimento do ser humano, para ser válido filosoficamente, deve ser pragmático, ou seja, deve investigar o ser humano em suas ações, o que ele faz de si mesmo, ou pode e deve fazer, tendo capacidade de escolher livremente o que ele quer. Segundo Wood (2003, p. 40), “a antropologia pragmática ocupa-se com as ações humanas e com a natureza humana como algo que é autoproduzido por uma ação livre”. Essa observação é interessante porque coloca a antropologia pragmática diretamente ligada com a questão da ação do ser humano e, desta forma, fundamenta mais uma vez a intenção

<sup>11</sup> *Anthropologie für Aerzte und Weltweise*, de 1772.

<sup>12</sup> Em (*Br* 10: 145), Kant escreve para Herz: “Eu li sua crítica da Antropologia de Platner”. Kant não concorda com a abordagem dada por Platner e pretende dar um novo enfoque à questão em sua antropologia pragmática.

deste trabalho de analisar a ação em Kant utilizando a antropologia como uma das bases ou fundamentos.

## 6.2. “Pragmático” em relação a “escolástico” (teórico)

O sentido de pragmático nesta situação tem relação direta com a ideia de “conhecimento do mundo” (*Weltkenntnis*) e a intenção de educar o estudante como cidadão do mundo, não apenas tentando passar-lhe conhecimentos teóricos, com relação aos quais o estudante, devido à sua juventude, ainda não tem condições de entender corretamente, ou que pouco lhe servirão para a vida em sociedade. O “estudante” aqui referido pode ser entendido também como o ser humano comum, aquele que deve agir em função das condições contingentes e, quase sempre, subjetivas, em que se encontra. Essa oposição entre “pragmático” e “escolástico” também pode ser entendida como uma proposta de que a abordagem pragmática é uma abordagem “prática”, não teórica, das considerações sobre o ser humano. Wood (2003, p. 41) mostra esse entendimento:

a antropologia pragmática deve envolver o tipo orientado de conhecimento da natureza humana que as pessoas ganham ao interagir com os outros, em vez do conhecimento teórico de um simples observador.

O conhecimento prático nesse sentido auxilia o indivíduo a formular de maneira mais eficaz suas máximas de ação em função de sua experiência prática, bem como das situações em que se encontra. Nas *Lições de antropologia* (Pillau) (*V-Anth/Pillau* 25: 734 - 735), Kant coloca que: “quanto melhor conhecermos os seres humanos, melhor saberemos como organizar nossas ações para que elas sejam adequadas ao resto”, e continua:

[a antropologia pragmática] nos provê com princípios subjetivos de todas as ciências. E esses princípios subjetivos têm uma grande influencia

- (1) na moral
- (2) na religião
- (3) na educação

Através de um maior conhecimento dos seres humanos é possível desenvolver melhores máximas de ação, para que estas resultem em ações adequadas à situação e ao objetivo do agente. Adequar as máximas de ação à situação pode promover a felicidade

do agente e de outros, bem como também pode ajudar o agente a evitar prejudicar algo ou alguém em suas ações.

Com relação à ideia do conhecimento promovido pela antropologia pragmática como conhecimento do mundo (*Weltkenntnis*), Louden (2000, p. 65) afirma que Kant estava tentando construir uma “teoria da prática de vida”. Essa teoria se encaixaria na afirmação, feita por Kant em seu texto sobre *Das diferentes raças humanas* (*VvRM* 2: 443) de que o conhecimento do mundo “se torna útil não meramente para a escola, mas sim para a vida e através das quais o aprendiz formado é apresentado ao seu destino, ou seja, o mundo”. Nas *Lições de antropologia* (Friedländer) (*V-Anth/Fried* 25: 469), Kant afirma que “a base do conhecimento pragmático é o conhecimento do mundo, onde o indivíduo pode fazer uso de seu conhecimento teórico”. Em *Menschenkunde* (*V-Anth/Mensch* 25: 854), Kant relaciona conhecimento do mundo ao conhecimento do ser humano: “conhecimento do mundo de acordo com seu significado comum é chamado de conhecimento do ser humano”. Também em *Collins* (*V-Mo/Collins* 25: 9) há uma afirmação parecida: “este conhecimento do mundo consiste em conhecimento do ser humano...”.

### 6.3. “Pragmático” em relação à “prudência”

Nesta relação, “pragmático” adquire um sentido de “utilidade” ou “útil”, a ideia de se utilizar de outras pessoas para alcançar o objetivo pretendido pelo agente. A ideia aqui é que a antropologia pragmática busca analisar o conhecimento da natureza humana com relação à sua condição de ser utilizado na ação, não somente em uma análise do resultado da ação. É por isso que sua ligação com a questão das máximas é ainda mais perceptível, pois uma máxima deve ajudar na elaboração de uma solução a um problema ou questão, no processo de deliberação. “Pragmático” então estaria relacionado com conhecimento que pode proporcionar a felicidade ao indivíduo, levando em consideração o uso que é feito das outras pessoas nesse processo.

Na *GMS* (4: 416 n), Kant define “prudência” como sendo:

tomada em duplo sentido, no primeiro podendo levar o nome de ‘prudência mundana’, no segundo o de ‘prudência privada’. A primeira é a habilidade de um homem para influenciar os outros a fim de usá-los para suas intenções.

Como um dos objetivos das lições de antropologia é promover o desenvolvimento dos estudantes com relação à sua preparação para o mundo, para serem úteis como cidadãos do mundo para a sociedade em que vivem, a prudência em sentido mundano deveria ser aprimorada. Essa prudência visaria ajudar os antes estudantes, mas agora profissionais em geral, a estarem aptos a influenciar (em um sentido positivo) as pessoas que se relacionam com eles. Frierson (2003, p. 53) mostra isso:

*As Lições de antropologia de Kant são destinadas a fornecer o conhecimento dos homens necessário para que seus estudantes, que seguirão para serem doutores, advogados, professores ou sacerdotes, possam afetar [positivamente] seus pacientes, juízes, estudantes e paroquianos.*

A influência que Kant espera que seja utilizada na aplicação da prudência mundana por seus estudantes é em um sentido de evolução, de progresso, portanto, positivo. A antropologia pragmática, neste sentido de “prudência”, está interessada em elaborar conhecimentos que “permitam julgar o que um [indivíduo] pode esperar do outro e como um [indivíduo] pode utilizar o outro em seu proveito” (*Anth* 7: 312) e “antropologia pode nos ensinar isso [a prudência], por nos mostrar como nós podemos usar os seres humanos para nossa finalidade” (*V-Anth/Busolt* 25: 1436). Porém é importante observar que esse conhecimento que ajuda a utilizar outros para a finalidade do indivíduo não é um egoísmo e não deve ser entendido como estando vinculado aos fins pessoais do agente.

Assim, como mostrado pelos três sentidos de “pragmático”, percebe-se que a antropologia pragmática busca inovar em sua concepção e em seu objetivo: a questão não é realizar uma análise fisiológica do ser humano, mas sim investigar o ser humano em suas ações, mais ainda, em suas máximas de ação. Essa análise permite verificar o que o indivíduo ou agente faz, pode ou deve fazer de si mesmo, e o que faz aos outros a ele ligados, direta ou indiretamente, como agente que escolhe livremente suas máximas. Percebe-se também que o conhecimento gerado pela antropologia pragmática não deve ser teórico-especulativo, mas sim prático. É, na verdade, a construção do conhecimento do mundo (*Weltkenntnis*) e, conseqüentemente, a construção do conhecimento sobre o ser humano, já que os dois tipos estão ligados. Esse conhecimento visa ajudar a

transformar o ser humano em um cidadão do mundo, ou seja, capaz de agir e pensar por si e em benefício de si e da sociedade em que vive.

## 7. Considerações finais

Desta forma, apesar de Kant não ter explicitamente colocado a proposta de se considerar a antropologia pragmática como parte de sua filosofia principal, existem elementos suficientes para mostrar que a antropologia kantiana é parte desta filosofia e, mais ainda, que as composições da filosofia crítica com as ideias postas pela antropologia kantiana permitiram um novo entendimento de vários aspectos do pensamento kantiano, em detalhe a questão do sujeito e a questão da ação. Afinal, não há ação sem o agente, considerado em toda a sua complexidade como mostrado pelas ideias da antropologia kantiana. Todo o processo de formação dos textos da antropologia, seus conceitos, seus sentidos e usos, que ocorrem simultaneamente à própria construção dos textos cânones da filosofia crítica, é um argumento forte para colocar por terra a pretensão de que o texto da *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, pela forma e estilo como foi construído, denuncia sua posição secundária no pensamento kantiano. Na verdade, os textos da antropologia kantiana são a própria prova de sua importância e consideração nos estudos kantianos.

## Referências

BRANDT, R. (2003). The Guiding idea of Kant's anthropology and the vocation of the human being. In JACOBS, B; KAIN, P. (Eds.). *Essays on Kant's Anthropology*. New York: Cambridge University Press.

COHEN, A. (2014). *Kant's lectures on anthropology: a critical guide*. Cambridge: Cambridge University Press.

FRIERSON, P. R. (2014). Affects and passions. In: COHEN, A. *Kant's lectures on anthropology: a critical guide*. Cambridge: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (2003). *Freedom and Anthropology in Kant's Moral Philosophy*. New York: Cambridge University Press.

HÖFFE, O. (2005). *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes.

JACOBS, B; KAIN, P. (Eds.). (2003). *Essays on Kant's Anthropology*. New York: Cambridge University Press.

KANT, Immanuel. (2007). *Anthropology, History, and Education*. Ed. Günter Zöllner, Robert Louden. Cambridge: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (2006). *Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático*. São Paulo: Iluminuras.

\_\_\_\_\_. (2010). *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

\_\_\_\_\_. (2009). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Guido Antonio de Almeida. São Paulo: Barcarolla.

\_\_\_\_\_. (2002). *Groundwork for the metaphysics of morals*. Trans. and Ed. by Allen Wood. New Haven: Yale University Press.

\_\_\_\_\_. (1996). *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag.

\_\_\_\_\_. (1995). *Kritik der reinen Vernunft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag.

\_\_\_\_\_. (2001). *Lectures on Ethics*. Ed. Peter Heath. New York: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (1992). *Lectures on Logic*. Trans. J. Michael Young. New York: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (1997). *Lectures on Metaphysics*. Trans. and Ed. by Karl Americks e Steve Naragon. Cambridge (UK): Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (2012). *Lectures on Anthropology*. Trans. Robert R. Clewis, Robert B. Louden, G. Felicitas Munzel, Allen W. Wood. Ed. Allen W. Wood, Robert B. Louden. Cambridge (UK): Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (2005). *Letters on the Kantian philosophy*. Ed. Karl Ameriks. New York: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (2006). *Manual dos Cursos de Lógica Geral*. Trad. Fausto Castilho. Campinas: Editora Unicamp.

\_\_\_\_\_. *Programa dos cursos do semestre de inverno de 1765 – 1766*. Disponível em <<https://korpora.zim.uni-duisburg-essen.de/kant/aa02/303.html>>. Acesso em múltiplas datas.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre antropologia*. Disponível em <<https://korpora.zim.uni-duisburg-essen.de/kant/aa15/>>. Acesso em múltiplas datas;

LOUDEN, Robert B. (2000). *Kant's Impure Ethics: From Rational Beings to Human Beings*. New York: Oxford University Press.

\_\_\_\_\_. (2002). A segunda parte da moral. *Revista de Filosofia ethic@*, Florianópolis, v. 1, n. 1, pp. 27-46.

PEREZ, Daniel O. (2009). Antropologia pragmática como parte da razão prática em sentido kantiano. *Manuscrito - Revista Internacional de Filosofia*, Campinas, v.32, n.2, pp. 357 – 397, jul. – dez.

STARK, W. (1992). Historical notes and interpretive questions about Kant's lectures on anthropology. In: JACOBS, B; KAIN, P. (Eds.). *Essays on Kant's Anthropology*. New York: Cambridge University Press.

WILSON, H. L. (2006). *Kant's Pragmatic Anthropology – Its Origins, Meaning and Critical Significance*. Albany: State University of New York Press.

WOOD, A. Empirical desire. In COHEN, A. *Kant's lectures on anthropology: a critical guide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014;

\_\_\_\_\_. (2008). *Kantian Ethics*. New York: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (2003). Kant and the problem of human nature. In: JACOBS, B; KAIN, P. (Eds.). *Essays on Kant's Anthropology*. New York: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (1999). *Kant's ethical thought*. New York: Cambridge University Press.

Artigo recebido em: 18.06.2019

Artigo aprovado em: 24.10.2019